



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024

UASG 987637 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA IMÓVEIS E VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 269.824,65 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/04/2024 às 09:00 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por lote/grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS	17
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	18
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.....	22
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024

Processo Administrativo nº 021/2024

Torna-se público, que o **MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS**, por meio da Divisão de Licitação, sediada no Paço Municipal, sito à Rua Rui Barbosa, nº 286 – centro, Janiópolis/Pr, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, Decretos Municipais nº 2710, 2711 e 2712/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA IMÓVEIS E VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.14.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item/grupo;

4.1.2. Marca e modelo (conforme o caso);

4.1.3. Descrição do objeto, contendo o descritivo conforme à especificação do Termo de Referência.

4.1.4. Fabricante, se for o caso;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O **intervalo mínimo** de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1 % (um por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Nos termos do § 2º do art. 60 da Lei 14.133/21, as regras previstas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

5.23.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.23.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6.1.5. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 7.1.2 e 7.1.3. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.10.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.10.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.10.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4.2. Fica impedido de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento digital.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia dos Veículos e Prédios Públicos a serem segurados é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece os locais e as condições do objeto, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, por e-mail ou telefone, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.11. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável legal acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.12. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.12.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.14.2. Para fins de validade dos documentos de habilitação, serão considerados válidos os documentos vigentes na data da solicitação da Pregoeira.

7.15. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.15.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.21. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.22. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.

7.23. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://janiopolis.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e www.gov.br/compras.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.1.9. Der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.10. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.11. Der causa à inexecução total do contrato;

9.1.12. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame

9.1.13. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.14. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.15. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.16. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no curso da execução do contrato;

9.1.17. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação do Governo Federal Compras.gov.br (www.gov.br/compras) ou por meio do endereço eletrônico: licitajaniopolis@gmail.com.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

A contratada que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incurso em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Se de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante do CONTRATANTE, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou contratada/detentora de ata de registro de preços, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador, poderá:

19. Rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;
20. Declarar a contratada/detentora de ata de registro de preços inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

11.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

11.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a contratada/detentora de ata de registro de preços concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

11.5. Demais condições previstas na Lei 14.133/21.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://janiopolis.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais> e www.gov.br/compras.

12.11. Da retenção do Imposto de Renda:

12.11.1. Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 2.764 de 22/09/2023, que dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Janiópolis/PR, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, fica a Contratada (pessoa física ou pessoa jurídica) obrigada a emitir as notas fiscais informando:

a) O valor da retenção do IR, sua alíquota;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- b) O número da Nota de Empenho;
- c) Número da Conta Corrente;
- d) No caso de serem amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitar-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço;
- e) A retenção será efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago à pessoa jurídica, o percentual constante do Anexo I da Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF que corresponde à alíquota do IRRF, determinada mediante a aplicação de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado e disciplinado pela IN da RFB nº 1234/2012;
- f) Como regra geral, a base de cálculo padrão será o valor total da nota fiscal, ressalvados os casos especiais tratados na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF.
- g) A alíquota a ser aplicada sobre o valor a ser pago irá variar de acordo com a espécie do bem fornecido ou do serviço prestado;
- h) Sem prejuízo do estabelecido no §1º supra, caso o pagamento se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou de serviços prestados com percentuais diferenciados, aplicar-se-á a alíquota correspondente a cada fornecimento contratado;
- i) A retenção será efetuada aplicando-se sobre o valor a ser pago a pessoa física, a tabela progressiva de Imposto de Renda estabelecida pela Lei Federal nº 13.149/2015. 14.11.11. A não observância às regras de retenção dispostas na IN RFB nº 1.234, de 11/01/2012, e na Instrução Normativa nº 01/2023 SEFIN/DICON/GEOCF de 12/05/2023 acarretará a não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no artigo 3º do Decreto.
- j) O valor do IR retido pelo Município não se constitui em majoração de carga tributária, por representar antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto, podendo ser compensado ou deduzido do valor do IR apurado a cada competência, nos termos do artigo 9º da INRF nº 1234/2012.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 12.12.3. ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada
- 12.12.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta Final
- 12.12.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Vistoria
- 12.12.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento

Janiópolis/Pr, 25 de março de 2024

ISMAEL JOSÉ DEZANOSKI
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO - SERVIÇOS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA IMÓVEIS E VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS CATSER 906					VALOR MÁXIMO DO LOTE 1	
Item	Descrição do Veículo	Ano Mod.	Placa	Renavam	Valor Máximo Franquia	Valor Máximo Prêmio
1	Toyota Corolla Sedan Xei 2.0 Flex 16v Aut. 2021/2022. Cor prata. Placas RHG-4E96. Chassi: 9BRB33BE2N2071537	2021 2022	RHG 4E96	0126.921257-2	R\$ 9.085,99	R\$ 3.696,83
2	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCB-8635. Chassi: 9BRK19BTXK2113357	2018 2019	BCB 8635	0114.958174-0	R\$ 3.934,75	R\$ 2.144,60
3	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCG-4941. Chassi: 9BRK19BT5K2115579	2018 2019	BCG 4941	0115.678502-0	R\$ 3.969,75	R\$ 2.150,50
4	Fiat Argo 1.0 Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2022. Placas RHV-2E93. Chassi 9BD358ACNNYL88649	2022 2022	RHV 2E93	0129.164935-0	R\$ 5.053,56	R\$ 2.149,81
5	Fiat/Doblo C F TCA, Ano/Modelo 2012/2013. Cor branca. Placas AVR -3213. Chassi: 9BD223156D2029222	2012 2013	AVR 3213	0050.197895-0	R\$ 4.919,25	R\$ 2.374,78
6	Caminhão basculante trucado 1517 - Mercedes Benz, ano 1986/1986, combustível diesel. Placas AEE-5916. Chassi: 9BM345305GB713085	1986	AEE 5916	0052.092278-6	Sem Franquia	R\$ 2.095,78
7	Caminhão basculante VW/13180 CNM, ano 2008/2009, combustível diesel, Placas ARG-1346. Chassi: 9BW7672369R911817	2008 2009	ARG 1346	0013.899248-7	Sem Franquia	R\$ 2.539,90
8	Caminhão VW 13180 e constellation, ano 2011/2011, combustível diesel, Placas AUP-9854. Chassi: 953467231BR145560	2011	AUP 9854	0037.266537-3	Sem Franquia	R\$ 2.588,82
9	Caminhão coletor de lixo VW 13180 E constellation, ano 2011/2012, combustível diesel, Placas AUM-8360. Chassi: 953467232CR200857	2011 2012	AUM 8360	0034.911914-7	R\$ 5.802,00	R\$ 2.724,62
10	Caminhão trucado Mercedes Benz Atron 2729, ano 2013/2013, Comb. Diesel S-10 – com caçamba. Placas AXN-5442. Chassi: 9BM693388DB924688	2013	AXN 5442	0058.323206-0	R\$ 7.359,00	R\$ 2.742,27
11	Fiat Palio Fire, Cor Branca, ano 2014/2015, Comb. Álcool/Gasolina, Placa AYS – 3867. Chassi: 9BD17122LF5969391	2014 2015	AYS 3867	0130.501.432-1	R\$ 3.688,12	R\$ 1.783,67
12	Fiat Strada HD WK CC E, ano 2018/2018. Placas BCG-4943. Chassi: 9BD5781FFJY248465	2018	BCG 4943	0115.678.619-0	R\$ 4.252,95	R\$ 2.425,97
13	Caminhão Caçamba Basculante, Iveco Tector 240E30S ID, ano 2017/2018, combustível diesel, Chassi 93ZE12JMZJ8932985. Placas BCH-8473	2017 2018	BCH 8473	0115.762.322-8	R\$ 16.912,46	R\$ 6.872,54



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

14	Caminhão Coletor Iveco Tector 150E21 attack ECO, cor branca, ano 2018/2019, combustível diesel, Placas BCP-6804. Chassi: 93ZA01LF0K8934351	2018 2019	BCP 6804	0117.074.287-1	R\$ 15.530,33	R\$ 7.354,27
15	Chevrolet Corsa Classic LS 1.4, Cor Branca, Ano 2013/2014, Comb. Flex, Placas AXO – 8227. Chassi 8AGSU19F0ER138150	2013 2014	AXO 8227	0058.780.784-9	R\$ 3.610,44	R\$ 1.907,38
16	Caminhão Caçamba Basculante, Ford Cargo 1719, ano 2018/2019. Placas BCW-7J59. Chassi: 9BFYEAGB2KBS76565	2018 2019	BCW 7J59	0118.283505-5	R\$ 18.883,83	R\$ 6.904,94
17	Caminhão Iveco Daily 70C17, ano 2019/2019, Placas BDN-8B44 (Caminhão com cesto aéreo). Chassi: 93ZC70C01K8488344	2019 2019	BDN 8B44	0120.952400-4	R\$ 11.381,59	R\$ 5.478,95
18	Caminhão/Tanque M. Benz/Atego 1419, ano/modelo 2020/2020. Placas BEI4G91. Chassi: 9BM958130LB186437	2020 2020	BEI 4G91	0123.885809-8	R\$ 20.383,98	R\$ 7.090,12
19	Fiat Strada Endurance 1.4 Comb. Flex – Cor branca (Sedu). Ano 2022/2022. Placas SDT-2J03 Chassi 9BD281A2DNYX58247	2022 2022	SDT 2J03	0131.635343-2	R\$ 6.055,37	R\$ 2.609,20
20	Caminhão M.Benz Atego 1419. Comb. Diesel – Cor branca. Ano 2022/2022. Carroceria fechada – coletor de reciclagem (IAT). Placas SDQ0H11. Chassi 9BM958134NB261952	2022 2022	SDQ 0H11	0130.260609-0	R\$ 25.948,53	R\$ 7.997,62
21	Caminhão VW 17.190 CRM 4X2 ROB. Comb. Diesel – Cor branca. Ano 2021/2022. Caminhão Compactador (IAT). Placas SDP0F93. Chassi SDP0F93 9536E8236NR036503	2021 2022	SDP 0F93	0130.086.949-3	R\$ 27.971,53	R\$ 8.083,28
22	CAMINHÃO M. BENZ ATEGO 1719. COMB. DIESEL – COR BRANCA. CHASSI 9BM958150NB265791. ANO/MODELO 2022/2022. PLACAS SDP5B17. RENAVAL 01301625458 (POLIGUINDASTE)	2022/ 2022	SDP 5B17	0130.162.545-8	R\$ 26.945,53	R\$ 8.055,45
23	CAMINHÃO CAÇAMBA IVECO TECTOR 27 320. COMB. DIESEL - COR BRANCA. CHASSI 93ZE62RNZP8700136. ANO/MODELO 2023/2023. PLACAS SEP5E87. RENAVAL 01353412803	2023/ 2023	SEP 5E87	0135.341280-3	R\$ 36.984,50	R\$ 10.428,85
24	Fiat Strada Endurance 1.4 Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2022. Placas RHY2I09. Chassi 9BD281A2DNYX09777	2022 2022	RHY 2I09	0129.670258-5	R\$ 6.055,37	R\$ 2.684,43
25	Fiat Uno Mille Fire Economy, cor branca. Ano/Modelo 2011/2012, placas AUV-0951. Chassi: 9BD15822AC6659445	2011 2012	AUV 0951	0040.638989-6	R\$ 3.654,79	R\$ 1.763,28
26	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCG-8805. Chassi: 9BRK19BT3K2116326	2018 2019	BCG 8805	0115.761634-5	R\$ 3.935,75	R\$ 2.144,60
27	Renault Master Mbus L3H2, 2021/2022, Diesel, Cor Branca. Placas RHO5C47. Chassi: 93YMEN4XENJ890246	2021 2022	RHO 5C47	0128.113068-8	R\$ 25.761,53	R\$ 6.062,10
28	VW Neobus 8.160 Escolar, 2022/2023, diesel. Placas SEF3A67. Chassi: 9532M52P3PR031748	2022 2023	SEF 3A67	0134.016667-1	R\$ 43.452,40	R\$ 7.418,04
29	VW Neobus 8.160 Escolar, 2022/2023, diesel. Placas SEE3G99. Chassi: 9532M52P2PR040019	2022 2023	SEE 3G99	0133.425.665-6	R\$ 43.452,40	R\$ 7.418,04
30	Ônibus VW/masca granmicro EO, ano 2011/2012, Placas AUT-7C81. Chassi: 9532A62R5CR208214	2011 2012	AUT 7C81	0040.114564-6	Sem Franquia	R\$ 3.689,41
31	Ônibus VW/masca granmicro EO, ano 2011/2012, Placas AUT-7C93. Chassi: 9532A62R0CR209271	2011 2012	AUT 7C93	0039.752683-0	Sem Franquia	R\$ 3.902,80
32	Ônibus Volkswagen Comil Versalite I, ano 2007/2007, combustível diesel, Placas DTA-4559. Chassi: 9BWRL82W87R717482	2007	DTA 4559	0092.065200-0	R\$ 7.209,00	R\$ 3.147,21
33	Ônibus Escolar ORE 1, Volkswagen Neobus Mini Esc, cor amarela, ano 2018/2019, combustível	2018 2019	BCO 5221	0116.926846-0	R\$ 32.087,74	R\$ 7.261,93



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

	diesel. Placas BCO-5221. Chassi: 9532M52P3KR911146					
34	Micro-Ônibus Mascarello Gran Micro 9150, 2011/2012, Diesel, Cor Prata. Placas AUT7C90. Chassi: 9532A62R8CR207266	2011 2012	AUT 7C90	0040.113343-5	R\$ 21.141,38	R\$ 5.890,17
35	Ônibus Volkswagen Masca Granflex O, ano 2007/2008, combustível diesel. Placas APG-6126. Chassi: 9BWRL82W98R803577	2007 2008	APG 6126	0093.508079-1	R\$ 7.209,00	R\$ 3.274,65
36	Micro ônibus/mercedes benz mascarelo granmine, ano 2009/2009, combustível diesel. Placas ARI-5297. Chassi: 9BM6882729B651162	2009	ARI 5297	0014.483586-0	Sem Franquia	R\$ 3.232,17
37	Micro ônibus/vw mascarelo granmine, ano 2009/2009, combustível diesel, Placas ARI-2182. Chassi: 9BWP452RX9R931485	2009	ARI 2182	0014.417892-3	Sem Franquia	R\$ 2.812,39
38	VW/ ônibus 15.190 EOD E.HD ORE, ano/mod 2012/2013, combustível diesel, Placas AWS - 3326. Chassi: 9532E82W1DR318555	2012 2013	AWS 3326	0052.737466-0	Sem Franquia	R\$ 3.673,31
39	Ônibus Escolar IVECO, ano 2013/2014. Combustível Biodiesel, Placas AXO-6607. Chassi: 93ZL68C01E843824.	2013 2014	AXO 6607	0058.695265-9	Sem Franquia	R\$ 2.800,35
40	Micro Ônibus Iveco / Cityclass -70C16, ano 2010/2011, combustível diesel, Placas ATL-1636. Chassi: 93ZL68B01B8421348	2010 2011	ATL 1636	0027.065022-9	Sem Franquia	R\$ 3.342,75
41	Chevrolet Classic LS. Comb. Flex - Cor preta. Ano 2016/2016. Placas BAT1496. Chassi: 8AGSU1920GR157275	2016 2016	BAT1 496	0109.586772-2	R\$ 4.058,45	R\$ 1.936,95
42	Fiat Mobi Like 1.0 2019/2020. Cor branca. Placas BDF5A91. Chassi: 9BD341A5XLY618419	2019 2020	BDF 5A91	0119.711038-8	R\$ 3.969,80	R\$ 1.884,75
43	Fiat Ducato microônibus, ano 2019/2019, Placas BDI-7184. Chassi: 3C6EFVFK8KE525254	2019 2019	BDI 7184	0120.146538-6	R\$ 17.643,73	R\$ 5.329,31
44	Fiat Siena attractive 1.4, ano 2019/2020, Placas BDV-5H93. Chassi: 9BD19713HL3380848	2019 2020	BDV 5H93	0121.991175-2	R\$ 3.824,64	R\$ 2.120,09
45	Vw/Gol 1.0, ano 2011/2012, cor branca, Placas AUQ-1545. Chassi: 9BWAA05W5CP061764	2011 2012	AUQ 1545	0037.684542-2	R\$ 3.528,32	R\$ 1.732,25
46	Fiat Grand Siena 1.0, 2021/2021, Flex, Cor Branca. Placas RHE4H53. Chassi: 9BD19710NM3401059	2021 2021	RHE 4H53	0126.572849-3	R\$ 4.167,16	R\$ 2.180,29
47	Fiat Strada HD WK CD E, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BBC-4854. Chassi: 9BD57834FHY138473	2016 2017	BBC 4854	0110.717822-0	R\$ 4.848,75	R\$ 2.457,34
48	Toyota Etios HB XLS15 MT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4823. Chassi: 9BRK29BT3H0099335	2016 2017	BAY 4823	0110.423926-1	R\$ 3.901,74	R\$ 2.123,55
49	Toyota Etios HB X 13L MT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4834. Chassi: 9BRK19BT9H2083082	2016 2017	BAY 4834	0110.424916-0	R\$ 3.901,74	R\$ 2.086,54
50	Toyota Etios SD XLS15 AT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4825. Chassi: 9BRB29BT2H2138629	2016 2017	BAY 4825	0110.424779-5	R\$ 3.975,74	R\$ 2.153,55
51	Veículo ambulância I/Mercedes Benz CDI SPR TCA AMB, Cor branca, Ano/Mod 2017/2018, Placas BCA-5033. Chassi: 8AC906633JE149699	2017 2018	BCA 5033	0114.743964-5	R\$ 22.390,50	R\$ 6.138,19
52	Micro ônibus Mercedes Benz Sprinter Furgão 415 - Cor branca, Ano/Mod 2018/2019, Placas BCR3D27. Chassi: 8AC906633KE160851	2018 2019	BCR 3D27	0117.431674-5	R\$ 18.730,60	R\$ 5.932,79
53	Micro ônibus Mercedes Benz Sprinter 515 CDI - Cor branca, Ano/Mod 2018/2019, 21P. Placas BCV1J37. Chassi: 8AC906657KE162966	2018 2019	BCV 1J37	0117.740432-7	R\$ 23.120,50	R\$ 6.550,02
54	VW Gol Trendline 1.0 5p, Ano 2017/2018, Combustível Álcool/Gasolina. Placas BBQ-4893. Chassi: 9BWAG45U8JT051979. Veículo cedido ao Município pelo Fundo Estadual de Saúde do Paraná - FUNSAUDE.	2017 2018	BBQ 4893	0113.239602-3	R\$ 3.994,30	R\$ 1.963,58



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

55	Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire, Ano 2016/2016, Combustível Álcool/ Gasolina. Placas BAK-3694. Chassi: 9BD11970UG1135314	2016	BAK 3694	0108.232219-6	R\$ 5.107,62	R\$ 2.189,96
56	Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire, Ano 2016/2016, Combustível Álcool/ Gasolina. Placas BAK-3695. Chassi: 9BD11970UG1136359	2016	BAK 3695	0108.232057-6	R\$ 5.107,62	R\$ 2.189,95
57	Chevrolet Montana - Veículo ambulância 2019/2019. Placas BDC 8F99. Chassi: 9BGCA8030KB193985	2019	BDC 8F99	0119.042862-5	R\$ 5.085,22	R\$ 2.776,73
58	Chevrolet Montana - Veículo ambulância 2019/2019. Placas BDC 8F98. Chassi: 9BGCA8030KB197156	2019	BDC 8F98	0119.030800-0	R\$ 5.085,22	R\$ 2.799,70
59	Renault Kwid Intens, Flex, Ano Modelo 2020/2021, Cor Branca. Placas BEV 7A80. Chassi 93YRBB006MJ774346	2020 2021	BEV 7A80	0125.001155-5	R\$ 4.703,13	R\$ 2.047,66
60	Veículo Fiat Toro Endurance, Ano Modelo 2020/2021, Cor Branca, Chassi 9882261N5MKD72073	2020 2021	BEX 2B52	0125.316385-2	R\$ 9.775,65	R\$ 3.850,82
61	Fiat Ducato Greenc Pas - Diesel, Cor Branca, Ano/Modelo 2020/2020. Placas BEM9G52. Chassi 3C6EFVEK9LE134763	2020 2020	BEM 9G52	0124.277985-7	R\$ 19.574,30	R\$ 5.061,86
62	Renault Master Ambulancia 2.3, Diesel, 2020/2021, Cor Branca. BEY1I79. Chassi: 93YMAFEXAMJ712644	2020 2021	BEY 1I79	0125.493532-8	R\$ 24.531,60	R\$ 5.938,51
63	Fiat/Toro Endur At9 4x4, 2021/2022, Diesel, Cor Branca. Placas RHO2F33. Chassi: 9882261PHNKE28436	2021 2022	RHO 2F33	0128.080728-5	R\$ 12.109,10	R\$ 4.193,77
64	Veículo Ambulância Renault Master L1H1 A6 A. Diesel, 2021/2022. Placas GJN4G28. Chassi 93YMAFEXANJ877275.	2021 2022	GJN 4G28	0126.264548-1	R\$ 27.435,17	R\$ 6.725,91
65	VW Gol 1.0L MC4 – Comb. Flex – Cor branca. Ano 2021/2022. Placas RHB-3H69. Chassi: 9BWAG45U4NT017754	2021 2022	RHB 3H69	0126.029386-3	R\$ 4.813,36	R\$ 2.178,03
66	VW Gol 1.0L MC4 – Comb. Flex – Cor branca. Placas BEX-8F70. Chassi: 9BWAG45U4NT003319	2021 2022	BEX 8F70	0125.581827-9	R\$ 4.813,36	R\$ 2.177,92
67	Fiat Mobi Like. Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2023. Placas SDT2J05. Chassi 9BD341ACZPY816885	2022 2023	SDT 2J05	0131.642442-9	R\$ 4.864,23	R\$ 2.499,20
68	Fiat Toro Endurance Turbodiesel AT9 2.0, Comb. Diesel, cor branca. Ano 2022/2022. Placas SDX7D98. Chassi: 9882261PNNKE53714	2022 2022	SDX 7D98	0132.457385-3	R\$ 8.623,16	R\$ 2.825,96
VALOR TOTAL DO LOTE 01						R\$264.762,96

1.1.1. Os valores das demais franquias de veículos não poderão ser superiores ao estabelecido abaixo:

CATEGORIA DO VEÍCULO	VIDROS	LANTERNAS, FARÓIS E RETROVISORES
Passeio e Pick-up Leve	R\$ 250,00	R\$ 190,00
Pick-up pesada e Van	R\$ 490,00	R\$ 320,00
Caminhão, ônibus e demais categorias	R\$ 500,00	R\$ 325,00



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

LOTE 02 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL CATSER 906		VALOR MÁXIMO DO LOTE 02	
Item	Descrição do Imóvel	Valor Máximo Franquia	Valor Máximo Prêmio
01	Seguro Predial – Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Janiópolis. Localizado à Rua Rui Barbosa, nº 286 - Centro	Incêndio, explosão e fumaça: Franquia isenta Danos elétricos: 10% das indenizações (mínimo R\$ 750,00) Subtração de Bens: Franquia isenta Quebra de vidros: Franquia isenta Vendaval sem impacto de veículos: 10% das indenizações (mínimo R\$ 1.000,00)	R\$ 3.077,79
02	Seguro Predial – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Localizado à Rua Presidente Alves, nº 845 - Centro	Incêndio, explosão e fumaça: Franquia isenta Danos elétricos: 10% das indenizações (mínimo R\$ 750,00) Subtração de Bens: Franquia isenta Quebra de vidros: Franquia isenta Vendaval sem impacto de veículos: 10% das indenizações (mínimo R\$ 1.000,00)	R\$ 1.983,90
VALOR TOTAL DO LOTE 02			R\$ 5.061,69

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATSER e a do Edital (termo de referência), prevalecerá a descrição e a unidade de medida constante no Edital (termo de referência).

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2714/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Trata-se de serviço de natureza continuada, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, pois sua interrupção pode comprometer o prosseguimento das atividades da Administração Pública do Município, visto que sua manutenção contínua é imprescindível, uma vez que está voltado para o funcionamento das rotinas desta Municipalidade, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Os valores das franquias não poderão ser superiores ao estabelecido neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação, sendo que somente haverá disputa dos valores dos prêmios.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está alinhado com o Plano de Contratações Anual – PCA, uma vez que o Município ainda não possui PCA constituído.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os custos relativos à execução dos serviços, tributos de qualquer natureza, transporte, frete, carregamento, descarregamento, hospedagem e alimentação de equipe técnica, encargos trabalhistas, previdenciários e outros custos, despesas diretas e indiretas desta licitação, serão de responsabilidade da proponente vencedora.

4.2. A atividade da licitante deverá estar consoante ao objeto da licitação.

4.3. A licitante deverá possuir capacidade técnica e operacional para a execução plena dos serviços conforme exigências estabelecidas no edital e seus anexos, contando com os meios materiais e recursos humanos adequados para tal.

4.4. Deverá disponibilizar estrutura profissional e tecnológica qualificada a fim de promover o adequado atendimento do serviço objeto da contratação.

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação do art. 96 e seguintes da Lei no 14.133/21, uma vez que a exigência poderá acrescentar custos ao valor final previsto, e que sua ausência não implicará em prejuízos ao erário, por se tratar de contratação de pequeno valor, avalia-se como dispensável a necessidade de caução ou modalidade similar.

Sustentabilidade

4.7. Não se aplica.

Indicação e vedação de marca/modelo

4.8. Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.9. Não se aplica.

Exigência de carta de solidariedade

4.10. Não se aplica.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

4.11.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.14. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, caso a empresa participante tenha interesse, a mesma poderá realizar vistoria prévia dos Veículos e Prédios Públicos a serem segurados, acompanhado por servidor designado para esse fim, por meio de agendamento, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

4.15. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. A vistoria dos veículos será nos pátios de diversas secretarias dessa municipalidade em locais indicados pelo servidor.

4.16. Para a vistoria, o representante legal da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável legal do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos Veículos e Prédios Públicos, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com as exigências do edital e seus anexos e determinações da Secretaria de Administração e Fazenda, onde o mesmo é de inteira responsabilidade da empresa contratada.

5.2. No valor total dos prêmios, deverá estar incluso o custo de emissão das Apólices de seguro, despesas com impostos e demais encargos incidentes.

5.3. A empresa contratada deverá atender as regras e critérios para operação de seguros, conforme determina a legislação em vigor, inclusive as regulamentações da SUSEP.

5.4. A empresa contratada deverá assegurar ao Município, a livre escolha das empresas autorizadas (concessionárias/oficinas), para execução dos reparos e/ou reposição de peças.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- 5.5. Em caso de extinção da Tabela FIPE, ou a existência de algum veículo que não possui valor de mercado constante em tabela FIPE será adotada tabela similar de grande aceitação no mercado.
- 5.6. Os serviços deverão obedecer às normas e padrões a que se estiverem sujeitos, a fim de atender eficazmente as finalidades que dele se espera, conforme determina o código de defesa do consumidor.
- 5.7. O não cumprimento do exigido, ou a qualidade dos serviços não estarem dentro das normas exigidas será motivo de rescisão sem prejuízos para a administração.
- 5.8. A empresa contratada deverá se colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia, durante 07 dias da semana, com central de comunicação para aviso de sinistro.
- 5.9. Não deverá ser considerado o perfil do motorista, por se tratar de seguro de frota.
- 5.10. As apólices de seguro de cada veículo deverão ser emitidas em conformidade com o Edital de Licitação e com a Proposta da empresa contratada.
- 5.11. A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
- 5.12. As Apólices deverão ser entregues em parcela única, dentro do prazo especificado no edital e seus anexos.
- 5.13. A apólice de seguro deverá abranger todas as condições previstas neste edital e seus anexos, inclusive:
- a) Reboque do veículo, por meio de serviço de guincho, sem ônus para o segurado (sem cobrança de franquia);
 - b) No caso de sinistro, a Seguradora deverá prestar assistência no prazo, máximo, de 02 (duas) horas, contadas do comunicado feito pelo condutor do veículo ou pelo fiscal da contratação designado pelo Município de Janiópolis/PR.
 - c) Havendo a necessidade de reboque do(s) veículo(s), a Contratada deverá proceder a retirada do veículo do local em até 02 (duas) horas após o aviso de sinistro.
 - d) Após o registro de sinistro, a Contratada deverá, em até 05 (cinco) dias úteis, realizar a vistoria no veículo e proceder a liberação do(s) serviço(s) a serem executado(s);
 - e) Indenização integral ao Contratante em caso de danos, roubo, furto qualificado ou incêndio;
 - f) Nos casos de sinistros oriundos de incêndio, queda de raio e/ou explosão, bem como nos casos de indenização integral, não será aceito a cobrança de Franquia;
 - g) Dentre os serviços de assistência, inclui-se o reboque ou transporte do veículo, quando por pane ou acidente, o veículo não puder circular, devendo ser encaminhado à oficina mais próxima, se o conserto não puder ser efetuado, de forma ágil, no próprio local do evento.
 - h) Assistência 24 horas, incluindo no mínimo:
 - Serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante em casos de acidentes;
 - Transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até o Município de Janiópolis;
 - Rede de oficinas/concessionárias credenciadas para prestação de serviços de funilaria, pintura, troca de vidros e para-brisas, retrovisores, lanternas e faróis.
 - i) Os prejuízos consequentes dos riscos cobertos garantem o pagamento de indenização ao Município de Janiópolis/PR.
 - j) A indenização devida, em caso de sinistro, ficará limitada à importância segurada fixada na apólice e o reembolso deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a apresentação, à Seguradora, da documentação e laudos exigidos por lei.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

- k) Os valores das franquias não poderão ser superiores ao estabelecido no edital e proposta da contratada.
- l) Seguro Predial – Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Janiópolis, com aproximadamente 696m² de área construída. Localizado à Rua Rui Barbosa, n° 286 – Centro, Janiópolis/Pr.
- m) Seguro Predial – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, com aproximadamente 138,10m² de área construída. Localizado à Rua Presidente Alves, n° 845 – Centro, Janiópolis/Pr.

5.14. Coberturas mínimas:

LOTE 01 - ITEM/DESCRIÇÃO DO VEÍCULO/COBERTURA													
Item	Veículo/Modelo	Ano	Placa	Renavam	Danos Materias	Danos Corporais	APP com DMH	Danos Morais	Cobertura (Casco)*	Assistência	Proteção Vidros	Utilização	Bônus Atual
1	Toyota Corolla Sedan Xei 2.0 Flex 16v Aut. 2021/2022. Cor prata. Placas RHG-4E96. Chassi: 9BRB33BE2N2071537	2021 2022	RHG 4E96	0126.921257-2	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Gabinete	10
2	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCB-8635. Chassi: 9BRK19BTXK2113357	2018 2019	BCB 8635	0114.958174-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 KM	Completo	Adm	6
3	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCG-4941. Chassi: 9BRK19BT5K2115579	2018 2019	BCG 4941	0115.678502-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 KM	Completo	Adm	8
4	Fiat Argo 1.0 Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2022. Placas RHV-2E93. Chassi 9BD358ACNNYL88649	2022 2022	RHV 2E93	0129.164935-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 KM	Completo	Adm	2
5	Fiat/Doblo C F TCA, Ano/Modelo 2012/2013. Cor branca. Placas AVR - 3213. Chassi: 9BD223156D2029222	2012 2013	AVR 3213	0050.197895-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Viação	8
6	Caminhão basculante trucado 1517 - Mercedes Benz, ano 1986/1986, combustível diesel, Placas AEE-5916. Chassi: 9BM345305GB713085	1986	AEE 5916	0052.092278-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Vidros Básicos	Viação	7
7	Caminhão basculante VW/13180 CNM, ano 2008/2009, combustível diesel, Placas ARG-1346. Chassi: 9BW7672369R911817	2008 2009	ARG 1346	0013.899248-7	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Vidros Básicos	Viação	7
8	Caminhão VW 13180 e constellation, ano 2011/2011, combustível diesel, Placas AUP-9854. Chassi: 953467231BR145560	2011	AUP 9854	0037.266537-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	400 Km	Vidros Básicos	Viação	5
9	Caminhão coletor de lixo VW 13180 E constellation, ano 2011/2012, combustível diesel, Placas AUM-8360. Chassi: 953467232CR200857	2011 2012	AUM 8360	0034.911914-7	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Vidros Básicos	Viação	7
10	Caminhão trucado Mercedes Benz Atron 2729, ano 2013/2013, Comb. Diesel S-10 – com caçamba. Placas AXN-5442. Chassi: 9BM693388DB924688	2013	AXN 5442	0058.323206-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	400 Km	Completo	Viação	7



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

11	Fiat Palio Fire, Cor Branca, ano 2014/2015, Comb. Álcool/Gasolina, Placa AYS – 3867, Chassi: 9BD17122LF5969391	2014 2015	AYS 3867	0130.501.432-1	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 Km	Completo	Viação	4
12	Fiat Strada HD WK CC E, ano 2018/2018, Placas BCG-4943, Chassi: 9BD5781FFJY248465	2018	BCG 4943	0115.678.619-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 Km	Completo	Viação	7
13	Caminhão Caçamba Basculante, Iveco Tector 240E30S ID, ano 2017/2018, combustível diesel, Chassi: 93ZE12JMZJ8932985, Placas BCH-8473	2017 2018	BCH 8473	0115.762.322-8	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 Km	Vidros Básicos	Viação	7
14	Caminhão Coletor Iveco Tector 150E21 attack ECO, cor branca, ano 2018/2019, combustível diesel, Placas BCP-6804, Chassi: 93ZA01LF0K8934351	2018 2019	BCP 6804	0117.074.287-1	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Viação	4
15	Chevrolet Corsa Classic LS 1.4, Cor Branca, Ano 2013/2014, Comb. Flex, Placas AXO – 8227, Chassi: 8AGSU19F0ER138150	2013 2014	AXO 8227	0058.780.784-9	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Viação	7
16	Caminhão Caçamba Basculante, Ford Cargo 1719, ano 2018/2019, Placas BCW-7J59, Chassi: 9BFYEAGB2KBS76565	2018 2019	BCW 7J59	0118.283505-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 Km	Completo	Viação	3
17	Caminhão Iveco Daily 70C17, ano 2019/2019, Placas BDN-8B44 (Caminhão com cesto aéreo), Chassi: 93ZC70C01K8488344	2019 2019	BDN 8B44	0120.952400-4	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Viação	8
18	Caminhão/Tanque M. Benz/Atego 1419, ano/modelo 2020/2020, Placas BEI4G91, Chassi: 9BM958130LB186437	2020 2020	BEI 4G91	0123.885809-8	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Viação	3
19	Fiat Strada Endurance 1.4 Comb. Flex – Cor branca (Sedu), Ano 2022/2022, Placas SDT-2J03, Chassi: 9BD281A2DNYX58247	2022 2022	SDT 2J03	0131.635343-2	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Viação	1
20	Caminhão M.Benz Atego 1419, Comb. Diesel – Cor branca, Ano 2022/2022, Carroceria fechada – coletor de reciclagem (IAT), Placas SDQ0H11, Chassi: 9BM958134NB261952	2022 2022	SDQ 0H11	0130.260609-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 KM	Completo	Viação	-
21	Caminhão VW 17.190 CRM 4X2 ROB, Comb. Diesel – Cor branca, Ano 2021/2022, Caminhão Compactador (IAT), Placas SDP0F93, Chassi: SDP0F93 9536E8236NR036503	2021 2022	SDP 0F93	0130.086.949-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 KM	Completo	Viação	2
22	CAMINHÃO M. BENZ ATEGO 1719, COMB. DIESEL – COR BRANCA, CHASSI: 9BM958150NB265791, ANO/MODELO 2022/2022, PLACAS SDP5B17, RENA VAM 01301625458 (POLIGUINDASTE)	2022/ 2022	SDP 5B17	0130.162.545-8	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 KM	Completo	Viação	2
23	CAMINHÃO CAÇAMBA IVECO TECTOR 27 320, COMB. DIESEL - COR BRANCA, CHASSI: 93ZE62RNZP8700136, ANO/MODELO 2023/2023, PLACAS SEP5E87, RENA VAM 01353412803	2023/ 2023	SEP 5E87	0135.341280-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 KM	Completo	Viação	2
24	Fiat Strada Endurance 1.4 Comb. Flex – Cor branca, Ano 2022/2022, Placas RHY2I09, Chassi: 9BD281A2DNYX09777	2022 2022	RHY 2I09	0129.670258-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 KM	Completo	Agricultura	-
25	Fiat Uno Mille Fire Economy, cor branca, Ano/Modelo 2011/2012, placas AUV-0951, Chassi: 9BD15822AC6659445	2011 2012	AUV 0951	0040.638989-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Educação	9
26	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina, Cor branca, Placas BCG-8805, Chassi: 9BRK19BT3K2116326	2018 2019	BCG 8805	0115.761634-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Educação	8
27	Renault/Master Mbus L3H2, 2021/2022, Diesel, Cor Branca, Placas RHO5C47, Chassi: 93YMEN4XENJ890246	2021 2022	RHO 5C47	0128.113068-8	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Educação	6



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

28	VW Neobus 8.160 Escolar, 2022/2023, diesel. Placas SEF3A67. Chassi: 9532M52P3PR031748	2022 2023	SEF 3A67	0134.016667-1	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Educação	1
29	VW Neobus 8.160 Escolar, 2022/2023, diesel. Placas SEE3G99. Chassi: 9532M52P2PR040019	2022 2023	SEE 3G99	0133.425.665-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Educação	3
30	Ônibus VW/masca granmicro EO, ano 2011/2012, Placas AUT-7C81. Chassi: 9532A62R5CR208214	2011 2012	AUT 7C81	0040.114564-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	1
31	Ônibus VW/masca granmicro EO, ano 2011/2012, Placas AUT-7C93. Chassi: 9532A62R0CR209271	2011 2012	AUT 7C93	0039.752683-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	3
32	Ônibus Volkswagen Comil Versalite I, ano 2007/2007, combustível diesel, Placas DTA-4559. Chassi: 9BWRL82W87R717482	2007	DTA 4559	0092.065200-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	8
33	Ônibus Escolar ORE 1, Volkswagen Neobus Mini Esc, cor amarela, ano 2018/2019, combustível diesel, Placas BCO-5221. Chassi: 9532M52P3KR911146	2018 2019	BCO 5221	0116.926846-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 Km	Completo	Educação	8
34	Micro-Ônibus Mascarello Gran Micro 9150, 2011/2012, Diesel, Cor Prata. Placas AUT7C90. Chassi: 9532A62R8CR207266	2011 2012	AUT 7C90	0040.113343-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	400 Km	Completo	Educação	-
35	Ônibus Volkswagen Masca Granflex O, ano 2007/2008, combustível diesel, Placas APG-6126. Chassi: 9BWRL82W98R803577	2007 2008	APG 6126	0093.508079-1	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	3
36	Micro ônibus/mercedes benz mascarello granmine, ano 2009/2009, combustível diesel, Placas ARI-5297. Chassi: 9BM6882729B651162	2009	ARI 5297	0014.483586-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	-
37	Micro ônibus/vw mascarello granmine, ano 2009/2009, combustível diesel, Placas ARI-2182. Chassi: 9BWP452RX9R931485	2009	ARI 2182	0014.417892-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	6
38	VW/ ônibus 15.190 EOD EHD ORE, ano/mod 2012/2013, combustível diesel, Placas AWS - 3326. Chassi: 9532E82W1DR318555	2012 2013	AWS 3326	0052.737466-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	8
39	Ônibus Escolar IVECO, ano 2013/2014. Combustível Biodiesel, Placas AXO-6607. Chassi: 93ZL68C01E843824.	2013 2014	AXO 6607	0058.695265-9	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	6
40	Micro Ônibus Iveco / Cityclass - 70C16, ano 2010/2011, combustível diesel, Placas ATL-1636. Chassi: 93ZL68B01B8421348	2010 2011	ATL 1636	0027.065022-9	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	RCF	200 Km	Completo	Educação	-
41	Chevrolet Classic LS. Comb. Flex - Cor preta. Ano 2016/2016. Placas BAT1496. Chassi: 8AGSU1920GR157275	2016 2016	BAT1 496	0109.586772-2	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 KM	Completo	Esporte	2
42	Fiat Mobi Like 1.0 2019/2020. Cor branca. Placas BDF5A91. Chassi: 9BD341A5XLY618419	2019 2020	BDF 5A91	0119.711038-8	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Assistência Social	5
43	Fiat Ducato microônibus, ano 2019/2019, Placas BDI-7I84. Chassi: 3C6EFVFK8KE525254	2019 2019	BDI 7I84	0120.146538-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Assistência Social	5
44	Fiat Siena attractive 1.4, ano 2019/2020, Placas BDV-5H93. Chassi: 9BD19713HL3380848	2019 2020	BDV 5H93	0121.991175-2	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Assistência Social	4
45	Vw/Gol 1.0, ano 2011/2012, cor branca, Placas AUQ-1545. Chassi: 9BWAA05W5CP061764	2011 2012	AUQ 1545	0037.684542-2	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Assistência Social	5
46	Fiat Grand Siena 1.0, 2021/2021, Flex, Cor Branca. Placas RHE4H53. Chassi: 9BD19710NM3401059	2021 2021	RHE 4H53	0126.572849-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Assistência Social	3
47	Fiat Strada HD WK CD E, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BBC-4854. Chassi: 9BD57834FHY138473	2016 2017	BBC 4854	0110.717822-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Saúde	6
48	Toyota Etios HB XLS15 MT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4823. Chassi: 9BRK29BT3H0099335	2016 2017	BAY 4823	0110.423926-1	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Saúde	4
49	Toyota Etios HB X 13L MT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4834. Chassi: 9BRK19BT9H2083082	2016 2017	BAY 4834	0110.424916-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Saúde	6



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

50	Toyota Etios SD XLS15 AT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4825. Chassi: 9BRB29BT2H2138629	2016 2017	BAY 4825	0110.424779-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Completo	Saúde	6
51	Veículo ambulância I/Mercedes Benz CDI SPR TCA AMB, Cor branca, Ano/Mod 2017/2018, Placas BCA-5033. Chassi: 8AC906633JE149699	2017 2018	BCA 5033	0114.743964-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	5
52	Micro ônibus Mercedes Benz Sprinter Furgão 415 - Cor branca, Ano/Mod 2018/2019, Placas BCR3D27. Chassi: 8AC906633KE160851	2018 2019	BCR 3D27	0117.431674-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	5
53	Micro ônibus Mercedes Benz Sprinter 515 CDI - Cor branca, Ano/Mod 2018/2019, 21P. Placas BCV1J37. Chassi: 8AC906657KE162966	2018 2019	BCV 1J37	0117.740432-7	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	5
54	VW Gol Trendline 1.0 5p, Ano 2017/2018, Combustível Álcool/Gasolina. Placas BBQ-4893. Chassi: 9BWAG45U8JT051979. Veículo cedido ao Município pelo Fundo Estadual de Saúde do Paraná - FUNSAUDE.	2017 2018	BBQ 4893	0113.239602-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	6
55	Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire, Ano 2016/2016, Combustível Álcool/Gasolina. Placas BAK-3694. Chassi: 9BD11970UG1135314	2016	BAK 3694	0108.232219-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Vidros Básicos	Saúde	6
56	Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire, Ano 2016/2016, Combustível Álcool/Gasolina. Placas BAK-3695. Chassi: 9BD11970UG1136359	2016	BAK 3695	0108.232057-6	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	200 Km	Vidros Básicos	Saúde	6
57	Chevrolet Montana - Veículo ambulância 2019/2019. Placas BDC 8F99. Chassi: 9BGCA8030KB193985	2019	BDC 8F99	0119.042862-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	5
58	Chevrolet Montana - Veículo ambulância 2019/2019. Placas BDC 8F98. Chassi: 9BGCA8030KB197156	2019	BDC 8F98	0119.030800-0	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	3
59	Renault Kwid Intens, Flex, Ano Modelo 2020/2021, Cor Branca. Placas BEV 7A80. Chassi: 93YRBB006MJ774346	2020 2021	BEV 7A80	0125.001155-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	3
60	Veículo Fiat Toro Endurance, Ano Modelo 2020/2021, Cor Branca, Chassi: 9882261N5MKD72073	2020 2021	BEX 2B52	0125.316385-2	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	3
61	Fiat Ducato Greenc Pas - Diesel, Cor Branca, Ano/Modelo 2020/2020. Placas BEM9G52. Chassi: 3C6EFVEK9LE134763	2020 2020	BEM 9G52	0124.277985-7	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	1
62	Renault Master Ambulancia 2.3, Diesel, 2020/2021, Cor Branca. BEY1179. Chassi: 93YMAFEXAMJ712644	2020 2021	BEY 1179	0125.493532-8	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	2
63	Fiat/Toro Endur At9 4x4, 2021/2022, Diesel, Cor Branca. Placas RHO2F33. Chassi: 9882261PHNKE28436	2021 2022	RHO 2F33	0128.080728-5	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	3
64	Veículo Ambulância Renault Master L1H1 A6 A. Diesel, 2021/2022. Placas GJN4G28. Chassi: 93YMAFEXANJ877275.	2021 2022	GJN 4G28	0126.264548-1	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	3
65	VW Gol 1.0L MC4 - Comb. Flex - Cor branca. Ano 2021/2022. Placas RHB-3H69. Chassi: 9BWAG45U4NT017754	2021 2022	RHB 3H69	0126.029386-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 Km	Completo	Saúde	1
66	VW Gol 1.0L MC4 - Comb. Flex - Cor branca. Placas BEX-8F70. Chassi: 9BWAG45U4NT003319	2021 2022	BEX 8F70	0125.581827-9	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 Km	Completo	Saúde	2
67	Fiat Mobi Like. Comb. Flex - Cor branca. Ano 2022/2023. Placas SDT2J05. Chassi: 9BD341ACZPY816885	2022 2023	SDT 2J05	0131.642442-9	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	500 Km	Completo	Saúde	2
68	Fiat Toro Endurance Turbodiesel AT9 2.0, Comb. Diesel, cor branca. Ano 2022/2022. Placas SDX7D98. Chassi: 9882261PNNKE53714	2022 2022	SDX 7D98	0132.457385-3	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	100% FIPE	Km Ilimitado	Completo	Saúde	1

* RCF - Responsabilidade Civil Facultativa



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

LOTE 02 - ITEM/DESCRIÇÃO DO IMÓVEL/COBERTURAS						
Item	Descrição do Imóvel	Coberturas				
01	Seguro Predial – Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Janiópolis. Localizado à Rua Rui Barbosa, nº 286 - Centro	Incêndio, explosão e fumaça: R\$ 1.200.000,00	Danos elétricos: R\$ 100.000,00	Subtração de Bens: R\$ 50.000,00	Quebra de vidros: R\$ 10.000,00	Vendaval sem impacto de veículos: R\$ 300.000,00
02	Seguro Predial – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Localizado à Rua Presidente Alves, nº 845 - Centro	Incêndio, explosão e fumaça: R\$ 500.000,00	Danos elétricos: R\$ 100.000,00	Subtração de Bens: R\$ 20.000,00	Quebra de vidros: R\$ 10.000,00	Vendaval sem impacto de veículos: R\$ 300.000,00

Local e prazo da prestação dos serviços

5.15. A empresa contratada ficará obrigada a prestar os serviços objeto da presente licitação no período mínimo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

5.16. A apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, deverá ser emitida no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do contrato, sendo que o início da vigência da mesma deverá ser a mesma da data do contrato.

5.17. Os veículos e imóveis deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice, desde a data de assinatura do contrato, ainda que não emitida a apólice, devendo a empresa contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do seguro, em caso de sinistro.

Especificação da garantia do serviço

5.18. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.19. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações da Contratante

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações da Contratada

6.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.3.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.3.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

6.3.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.3.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.3.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.3.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso;

6.3.7. atender as normas de sustentabilidade e respeito às leis ambientais.

6.3.8. O Município de Janiópolis poderá, a qualquer momento, requerer a realização de testes nos produtos a fim de comprovar a qualidade, nos termos das exigências constantes nas Normas Técnicas em vigor, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, senhora DAYANE DE ÁVILA E SILVA, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.15. O(a) gestor(a) do contrato ou instrumento equivalente será o(a) secretário(a) responsável pela pasta da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Decreto Municipal nº 2710/2023.

7.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1.

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, o setor competente fará a liquidação.
- 8.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 8.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.
- 8.19. no caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

Forma de pagamento

- 8.20. O pagamento será realizado, através de boleto bancário emitido pela seguradora ou ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

8.20.1. Deverão ser emitidos boletos por cada secretaria, de acordo com a emissão dos empenhos, sendo que:

- a) os boletos referentes à Secretaria de Saúde, deverão ser emitidos no CNPJ nº 08.563.196/0001-34 do Fundo Municipal de Saúde;
- b) os boletos referentes à Secretaria de Assistência Social, deverão ser emitidos no CNPJ nº 13.465.335/0001-27 do Fundo Municipal de Assistência Social;
- c) os boletos referentes as demais secretarias, deverão ser emitidos no CNPJ nº 76.402.882/0001-83 do Município de Janiópolis/Pr.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por lote.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será: Serviços em Geral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

9.11. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12. Quando o objeto da licitação se tratar de Serviços deverá ser apresentado a Certidão ISS junto ao município; quando se tratar de Fornecimento de materiais deverá ser apresentada a Certidão ICMS junto ao Estado;

9.13. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da receita Federal do Ministério da Fazenda;

9.14. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.15. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

9.16. Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual - MEI que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.1. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, dentro do prazo de validade.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

9.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

2.

9.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante **declaração** assinada por profissional habilitado da área contábil, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentada pelo fornecedor.

Deverá apresentar também a **DECLARAÇÃO UNIFICADA**:

9.6. Declaração Unificada conforme modelo disposto no Edital.

Qualificação Técnica

9.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (anexo V);

9.7.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável legal do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (anexo VI).

9.8. Comprovação de aptidão para os serviços em características, quantidades e prazos compatíveis ou superior ao objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação e que ateste a qualidade dos mesmos.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

9.9. Prova de Regularidade ou Ato de Autorização, emitido pela Superintendência de Seguros Privados – **SUSEP**, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, dentro do prazo de validade.

9.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 269.824,65 (duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso específico consignado na dotação orçamentária conforme abaixo:

2	GABINETE DO PREFEITO
1	GABINETE DO PREFEITO
2002	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
625	REDUZIDO
	R\$ 3.696,83
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
2	DIRETORIA DE FAZENDA
2009	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FAZENDA PUBLICA
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
701	REDUZIDO
	R\$ 4.295,10
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
2	DIRETORIA DE FAZENDA
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
682	REDUZIDO
	R\$ 2.149,81
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
4	VIAÇÃO E URBANISMO
2007	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E URBANISMO
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
737	REDUZIDO



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

		R\$ 92.058,41
8	SEC. DE AGRIC, MEIO AMBIENTE, INDUSTRIA E COMERCIO	
2	SETOR DE AGRICULTURA	
2011	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE AGRICULTURA	
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS	
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	
1053	REDUZIDO	
		R\$ 2.684,43
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1	DIVISÃO DE ENSINO	
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3339039690100000000	SEGUROS DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR	
122	MDE CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR-ESTADUAL	
870	REDUZIDO	
		R\$ 9.735,41
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1	DIVISÃO DE ENSINO	
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS	
104	EDUCACAO 25%	
821	REDUZIDO	
		R\$ 3.907,88
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1	DIVISÃO DE ENSINO	
2018	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339039690100000000	SEGUROS DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR	
104	EDUCACAO 25%	
821	REDUZIDO	
		R\$ 22.428,29
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
1	DIVISÃO DE ENSINO	
2019	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3339039690100000000	SEGUROS DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR	
103	5% SOBRE TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAS F	
867	REDUZIDO	
		R\$ 31.761,62
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
2	DIVISÃO DE ESPORTES	
2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO E LASER MUNI	
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS	
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	
906	REDUZIDO	
		R\$ 1.936,95
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS	
2026	MANUTENÇÃO DO ORGAO GESTOR DO CRAS	
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS	
940	BOLSA FAMÍLIA	
1119	REDUZIDO	
		R\$ 1.884,75
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS	
2026	MANUTENÇÃO DO ORGAO GESTOR DO CRAS	
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS	
934	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS)	
1118	REDUZIDO	
		R\$ 2.180,29
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL
3339039690300000000	SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
1080	REDUZIDO
	R\$ 9.181,65
7	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
1	DIRETORIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2013	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ATENCAO BASICA
3339039690200000000	SEGUROS DE VEÍCULOS DA SAÚDE PÚBLICA
303	SAUDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29 00)
950	REDUZIDO
	R\$ 76.861,54
5	SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA
2	DIRETORIA DE FAZENDA
2009	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA FAZENDA PUBLICA
3339039690600000000	SEGUROS DE MAIS IMÓVEIS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
701	REDUZIDO
	R\$ 3077,79
9	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
2	DIR. DO CENTRO DE REF. EM ASSIST. SOCIAL - CRAS
2026	MANUTENÇÃO DO ORGAO GESTOR DO CRAS
3339039690600000000	SEGUROS DE MAIS IMÓVEIS PÚBLICOS
0	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)
1117	REDUZIDO
	R\$ 1.983,90

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou função específica do sistema.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº _____

O MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e RG sob nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, Estado _____, doravante denominado **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA IMÓVEIS E VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS/PR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO/ ORIGEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

2.2.O contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração Pública.

2.3.A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1.O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/03/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, no caso de prorrogação, a contratada deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- i. der causa à inexecução parcial do contrato;
- ii. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- iii. der causa à inexecução total do contrato;
- iv. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- v. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- vi. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- vii. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- viii. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.4. **Multa:**

12.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% do valor do Contrato.

12.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 30% do valor do Contrato.

12.2.4.4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.

12.2.4.5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

12.2.4.6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 20% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo que estiver indicado no comunicado/guia, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.1.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

...

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

A contratada que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incurso em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Se de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante do CONTRATANTE, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou contratada/detentora de ata de registro de preços, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador, poderá:

18.1. Rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;

18.2. Declarar a contratada/detentora de ata de registro de preços inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

18.3. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.4. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “**prática conluiada**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

18.5. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

18.6. Considerando os propósitos da cláusulas acima, a contratada/detentora de ata de registro de preços concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

18.7. Demais condições previstas na Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

Prefeitura Municipal de Janiópolis/Pr
Referente: Pregão Eletrônico nº 008/2024

Pelo presente instrumento, a empresa....., inscrita no CNPJ nº, com sede na, vem pelo seu representante legal infra-assinado, **DECLARAR**, sob pena da Lei, que:

9. cumprimos o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 14 (quatorze) anos a não ser na condição de aprendiz (art. 68, VI da Lei 14.133/21).

10. em atenção ao disposto no art. 63, I, da Lei 14.133/21, declarar que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a habilitação na licitação e que não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, e declara estar ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

11. que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI da Lei 14.133/21)

12. Em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a proposta apresentada para participar do referido Pregão foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do referido Pregão quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta apresentada para participar do referido Pregão não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante órgão licitador, antes da abertura oficial das propostas

13. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei 14.133/21).

14. a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei 14.133/21).

15. não mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV da Lei 14.133/21).

Para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte (Art. 4º da Lei 14.133/21), declaramos que:

No ano-calendário do corrente ano, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública, cujo valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos constantes no art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021.

****[RETIRAR ESTE TEXTO CASO NÃO SE ENQUADRE]****

h) o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é(sócio administrador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

i) em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: **Telefone:** ()

j) caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao setor de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

CNPJ, Assinatura do representante legal da Empresa

C.P.F _____

R.G _____



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV MODELO DE PROPOSTA FINAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e e-mail), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2024 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

LOTE 01 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VEÍCULOS			
Item	Descrição do Veículo	Valor da Franquia	Valor do Prêmio
1	Toyota Corolla Sedan Xei 2.0 Flex 16v Aut. 2021/2022. Cor prata. Placas RHG-4E96. Chassi: 9BRB33BE2N2071537		
2	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCB-8635. Chassi: 9BRK19BTXK2113357		
3	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCG-4941. Chassi: 9BRK19BT5K2115579		
4	Fiat Argo 1.0 Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2022. Placas RHV-2E93. Chassi 9BD358ACNNYL88649		
5	Fiat/Doblo C F TCA, Ano/Modelo 2012/2013. Cor branca. Placas AVR -3213. Chassi: 9BD223156D2029222		
6	Caminhão basculante trucado 1517 - Mercedes Benz, ano 1986/1986, combustível diesel. Placas AEE-5916. Chassi: 9BM345305GB713085	Sem Franquia	
7	Caminhão basculante VW/13180 CNM, ano 2008/2009, combustível diesel, Placas ARG-1346. Chassi: 9BW7672369R911817	Sem Franquia	
8	Caminhão VW 13180 e constellation, ano 2011/2011, combustível diesel, Placas AUP-9854. Chassi: 953467231BR145560	Sem Franquia	
9	Caminhão coletor de lixo VW 13180 E constellation, ano 2011/2012, combustível diesel, Placas AUM-8360. Chassi: 953467232CR200857		
10	Caminhão trucado Mercedes Benz Atron 2729, ano 2013/2013, Comb. Diesel S-10 – com caçamba. Placas AXN-5442. Chassi: 9BM693388DB924688		
11	Fiat Palio Fire, Cor Branca, ano 2014/2015, Comb. Álcool/Gasolina, Placa AYS – 3867. Chassi: 9BD17122LF5969391		
12	Fiat Strada HD WK CC E, ano 2018/2018. Placas BCG-4943. Chassi: 9BD5781FFJY248465		
13	Caminhão Caçamba Basculante, Iveco Tector 240E30S ID, ano 2017/2018, combustível diesel, Chassi 93ZE12JMZJ8932985. Placas BCH-8473		
14	Caminhão Coletor Iveco Tector 150E21 attack ECO, cor branca, ano 2018/2019, combustível diesel, Placas BCP-6804. Chassi: 93ZA01LF0K8934351		
15	Chevrolet Corsa Classic LS 1.4, Cor Branca, Ano 2013/2014, Comb. Flex, Placas AXO – 8227. Chassi 8AGSU19F0ER138150		
16	Caminhão Caçamba Basculante, Ford Cargo 1719, ano 2018/2019. Placas BCW-7J59. Chassi: 9BFYEAGB2KBS76565		
17	Caminhão Iveco Daily 70C17, ano 2019/2019, Placas BDN-8B44 (Caminhão com cesto aéreo). Chassi: 93ZC70C01K8488344		
18	Caminhão/Tanque M. Benz/Atego 1419, ano/modelo 2020/2020. Placas BEI4G91. Chassi: 9BM958130LB186437		
19	Fiat Strada Endurance 1.4 Comb. Flex – Cor branca (Sedu). Ano 2022/2022. Placas SDT-2J03 Chassi 9BD281A2DNYX58247		



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

20	Caminhão M.Benz Atego 1419. Comb. Diesel – Cor branca. Ano 2022/2022. Carroceria fechada – coletor de reciclagem (IAT). Placas SDQ0H11. Chassi 9BM958134NB261952		
21	Caminhão VW 17.190 CRM 4X2 ROB. Comb. Diesel – Cor branca. Ano 2021/2022. Caminhão Compactador (IAT). Placas SDP0F93. Chassi SDP0F93 9536E8236NR036503		
22	CAMINHÃO M. BENZ ATEGO 1719. COMB. DIESEL – COR BRANCA. CHASSI 9BM958150NB265791. ANO/MODELO 2022/2022. PLACAS SDP5B17. RENAVAL 01301625458 (POLIGUINDASTE)		
23	CAMINHÃO CAÇAMBA IVECO TECTOR 27 320. COMB. DIESEL - COR BRANCA. CHASSI 93ZE62RNZP8700136. ANO/MODELO 2023/2023. PLACAS SEP5E87. RENAVAL 01353412803		
24	Fiat Strada Endurance 1.4 Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2022. Placas RHY2I09. Chassi 9BD281A2DNYX09777		
25	Fiat Uno Mille Fire Economy, cor branca. Ano/Modelo 2011/2012, placas AUV-0951. Chassi: 9BD15822AC6659445		
26	Toyota Etios HB X VSC AT, ano 2018/2019, combustível álcool/gasolina. Cor branca. Placas BCG-8805. Chassi: 9BRK19BT3K2116326		
27	Renault/Master Mbus L3H2, 2021/2022, Diesel, Cor Branca. Placas RHO5C47. Chassi: 93YMEN4XENJ890246		
28	VW Neobus 8.160 Escolar, 2022/2023, diesel. Placas SEF3A67. Chassi: 9532M52P3PR031748		
29	VW Neobus 8.160 Escolar, 2022/2023, diesel. Placas SEE3G99. Chassi: 9532M52P2PR040019		
30	Ônibus VW/masca granmicro EO, ano 2011/2012, Placas AUT-7C81. Chassi: 9532A62R5CR208214	Sem Franquia	
31	Ônibus VW/masca granmicro EO, ano 2011/2012, Placas AUT-7C93. Chassi: 9532A62R0CR209271	Sem Franquia	
32	Ônibus Volkswagen Comil Versalite I, ano 2007/2007, combustível diesel, Placas DTA-4559. Chassi: 9BWRL82W87R717482		
33	Ônibus Escolar ORE 1, Volkswagen Neobus Mini Esc, cor amarela, ano 2018/2019, combustível diesel. Placas BCO-5221. Chassi: 9532M52P3KR911146		
34	Micro-Ônibus Mascarello Gran Micro 9150, 2011/2012, Diesel, Cor Prata. Placas AUT7C90. Chassi: 9532A62R8CR207266		
35	Ônibus Volkswagen Masca Granflex O, ano 2007/2008, combustível diesel. Placas APG-6126. Chassi: 9BWRL82W98R803577		
36	Micro ônibus/mercedes benz mascarello granmine, ano 2009/2009, combustível diesel. Placas ARI-5297. Chassi: 9BM6882729B651162	Sem Franquia	
37	Micro ônibus/vw mascarello granmine, ano 2009/2009, combustível diesel, Placas ARI-2182. Chassi: 9BWP452RX9R931485	Sem Franquia	
38	VW/ ônibus 15.190 EOD E.HD ORE, ano/mod 2012/2013, combustível diesel, Placas AWS – 3326. Chassi: 9532E82W1DR318555	Sem Franquia	
39	Ônibus Escolar IVECO, ano 2013/2014. Combustível Biodiesel, Placas AXO-6607. Chassi: 93ZL68C01E843824.	Sem Franquia	
40	Micro Ônibus Iveco / Cityclass -70C16, ano 2010/2011, combustível diesel, Placas ATL-1636. Chassi: 93ZL68B01B8421348	Sem Franquia	
41	Chevrolet Classic LS. Comb. Flex – Cor preta. Ano 2016/2016. Placas BAT1496. Chassi: 8AGSU1920GR157275		
42	Fiat Mobi Like 1.0 2019/2020. Cor branca. Placas BDF5A91. Chassi: 9BD341A5XLY618419		
43	Fiat Ducato microonibus, ano 2019/2019, Placas BDI-7I84. Chassi: 3C6EFVFK8KE525254		
44	Fiat Siena attractive 1.4, ano 2019/2020, Placas BDV-5H93. Chassi: 9BD19713HL3380848		
45	Vw/Gol 1.0, ano 2011/2012, cor branca, Placas AUQ-1545. Chassi: 9BWAA05W5CP061764		
46	Fiat Grand Siena 1.0, 2021/2021, Flex, Cor Branca. Placas RHE4H53. Chassi: 9BD19710NM3401059		
47	Fiat Strada HD WK CD E, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BBC-4854. Chassi: 9BD57834FHY138473		
48	Toyota Etios HB XLS15 MT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4823. Chassi: 9BRK29BT3H0099335		



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

49	Toyota Etios HB X 13L MT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4834. Chassi: 9BRK19BT9H2083082		
50	Toyota Etios SD XLS15 AT, ano 2016/2017, combustível álcool/gasolina. Placas BAY-4825. Chassi: 9BRB29BT2H2138629		
51	Veículo ambulância I/Mercedes Benz CDI SPR TCA AMB, Cor branca, Ano/Mod 2017/2018, Placas BCA-5033. Chassi: 8AC906633JE149699		
52	Micro ônibus Mercedes Benz Sprinter Furgão 415 - Cor branca, Ano/Mod 2018/2019, Placas BCR3D27. Chassi: 8AC906633KE160851		
53	Micro ônibus Mercedes Benz Sprinter 515 CDI - Cor branca, Ano/Mod 2018/2019, 21P. Placas BCV1J37. Chassi: 8AC906657KE162966		
54	VW Gol Trendline 1.0 5p, Ano 2017/2018, Combustível Álcool/Gasolina. Placas BBQ-4893. Chassi: 9BWAG45U8JT051979. Veículo cedido ao Município pelo Fundo Estadual de Saúde do Paraná - FUNSAUDE.		
55	Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire, Ano 2016/2016, Combustível Álcool/ Gasolina. Placas BAK-3694. Chassi: 9BD11970UG1135314		
56	Fiat Doblo Attractive 1.4 Fire, Ano 2016/2016, Combustível Álcool/ Gasolina. Placas BAK-3695. Chassi: 9BD11970UG1136359		
57	Chevrolet Montana - Veículo ambulância 2019/2019. Placas BDC 8F99. Chassi: 9BGCA8030KB193985		
58	Chevrolet Montana - Veículo ambulância 2019/2019. Placas BDC 8F98. Chassi: 9BGCA8030KB197156		
59	Renault Kwid Intens, Flex, Ano Modelo 2020/2021, Cor Branca. Placas BEV 7A80. Chassi 93YRBB006MJ774346		
60	Veículo Fiat Toro Endurance, Ano Modelo 2020/2021, Cor Branca, Chassi 9882261N5MKD72073		
61	Fiat Ducato Greenc Pas - Diesel, Cor Branca, Ano/Modelo 2020/2020. Placas BEM9G52. Chassi 3C6EFVEK9LE134763		
62	Renault Master Ambulancia 2.3, Diesel, 2020/2021, Cor Branca. BEY1I79. Chassi: 93YMAFEXAMJ712644		
63	Fiat/Toro Endur At9 4x4, 2021/2022, Diesel, Cor Branca. Placas RHO2F33. Chassi: 9882261PHNKE28436		
64	Veículo Ambulância Renault Master L1H1 A6 A. Diesel, 2021/2022. Placas GJN4G28. Chassi 93YMAFEXANJ877275.		
65	VW Gol 1.0L MC4 – Comb. Flex – Cor branca. Ano 2021/2022. Placas RHB-3H69. Chassi: 9BWAG45U4NT017754		
66	VW Gol 1.0L MC4 – Comb. Flex – Cor branca. Placas BEX-8F70. Chassi: 9BWAG45U4NT003319		
67	Fiat Mobi Like. Comb. Flex – Cor branca. Ano 2022/2023. Placas SDT2J05. Chassi 9BD341ACZPY816885		
68	Fiat Toro Endurance Turbodiesel AT9 2.0, Comb. Diesel, cor branca. Ano 2022/2022. Placas SDX7D98. Chassi: 9882261PNNKE53714		
VALOR TOTAL DO LOTE 01			R\$

CATEGORIA DO VEÍCULO	VALOR DE FRANQUIA	
	VIDROS	LANTERNAS, FARÓIS E RETROVISORES
Passoio e Pick-up Leve		
Pick-up pesada e Van		
Caminhão, ônibus e demais categorias		

LOTE 02 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PREDIAL			
Item	Descrição do Imóvel	Valor de Franquia	Valor do Prêmio
01	Seguro Predial – Paço Municipal da Prefeitura Municipal de Janiópolis. Localizado à Rua Rui Barbosa, nº 286 - Centro	Incêndio, explosão e fumaça: Franquia isenta Danos elétricos: _____ Subtração de Bens: Franquia isenta Quebra de vidros: Franquia isenta Vendaval sem impacto de veículos: _____ *Franquia isenta	



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

02	Seguro Predial – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Localizado à Rua Presidente Alves, nº 845 - Centro	Incêndio, explosão e fumaça: Franquia isenta Danos elétricos: _____ Subtração de Bens: Franquia isenta Quebra de vidros: Franquia isenta Vendaval sem impacto de veículos: _____ *Franquia isenta	
VALOR TOTAL DO LOTE 02			R\$

Obs. Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, ajustado ao lance vencedor, de acordo com o Anexo I do Edital.

O valor total da Proposta é de: R\$ _____ (_____)

Conta Corrente nº _____ Agência _____ Banco _____
PIS nº (Obrigatório quando MEI) _____

Nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e demais despesas constantes no edital e anexos.

Declaramos nos termos do Art. 63, § 1º da Lei 14.133/21, que, em nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus anexos.

_____, _____ de _____ de 2024.

(Local e data)

Assinatura do Responsável pela empresa
(Nome Legível/Cargo)



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(Somente para as licitantes que desejarem efetuar vistoria prévia)

O (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., representante da empresa, inscrita sob CNPJ nº, DECLARA que foram realizadas as vistorias prévias nos imóveis e nos veículos que integram a frota municipal de Janiópolis/PR, conforme Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 008/2024 e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto da presente licitação.

_____, _____ de _____ de 2024.

(Local e data)

Assinatura do Responsável pela empresa
(Nome Legível/Cargo)



MUNICÍPIO DE JANIÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

(Somente para as licitantes que não desejarem efetuar vistoria prévia)

O (a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., representante da empresa, inscrita sob CNPJ nº, DECLARO, sob as penalidades da lei, que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à contratação, objeto do Pregão Eletrônico nº 008/2024, e que assumo total responsabilidade por esse fato e não farei uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Janiópolis/PR.

_____, _____ de _____ de 2024.
(Local e data)

Assinatura do Responsável pela empresa
(Nome Legível/Cargo)